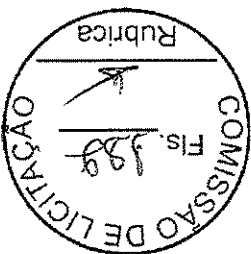
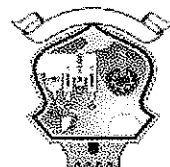


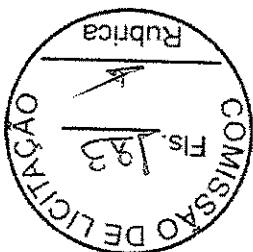
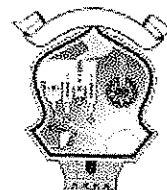


ANEXO I - PROJETO BÁSICO E SEUS ANEXOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDE
GOVERNO DIFERENTE





PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO NO MUNICÍPIO DE CANINDE-CE.

2. FUNDAMENTAÇÃO, JUSTIFICATIVA, ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, VALOR ORÇADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

2.1. DA FUNDAMENTAÇÃO:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

2.2. DA JUSTIFICATIVA:

2.2.1. A futura contratação dos serviços de engenharia do objeto se faz necessária visando contribuir com o desenvolvimento do município de Caninde, pois a atual gestão tem como objetivo investir em ações visando o desenvolvimento sustentável do município, empreendendo esforços para viabilizar melhorias na infraestrutura de serviços essenciais para população. Dessa forma a gestão municipal preocupada em ofertar a população melhores condições de infraestrutura e qualidade de vida, entendendo que a melhoria nas obras públicas serão de suma importância para a população, sendo que construir uma passagem molhada se trata de um serviço essencial para a comunidade local trazendo segurança para as pessoas que usufruem da rota no referido local.

3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

3.2. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

3.1.5. Documento oficial de identificação válido (com foto) e comprovante de CPF do sócio-administrador e ou titular da empresa.

3.1.4. **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.1.3. **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

3.1.2. **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz. Se o contrato social não for consolidado deverão ser apresentados os aditivos posteriores ao contrato inicial e se consolidado, existindo alterações posteriores, também, essas serão exigidas.

3.1. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

3.1.1. **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa (firma individual), no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

2.5.1. O julgamento será MENOR VALOR GLOBAL.

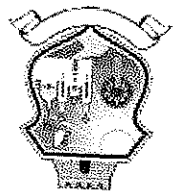
2.5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

2.4.1. Diante do exposto foi realizada orçamento pelo setor de Engenharia do Município de Canindé/CE, fundamentado no Art. 23, § 2º, II, utilizando como referência de valores a Tabela de Oficial SEINFRA 028.1 COM DESONERAÇÃO.

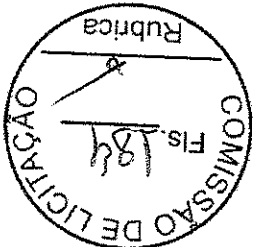
2.4. DO VALOR ORÇADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR TOTAL ORÇADO ESTIMADO
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO MUNICÍPIO DE CANINDÉ-CE	SERVIÇO	01	R\$ 270.697,21
VALOR GLOBAL: R\$ 270.697,21 (DUZENTOS E SETENTA MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E VINTE UM CENTAVOS.)				

2.3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDÉ
GOVERNO DIFERENTE



3.4.2.1. Comprovação da licitante de possuir em seu quadro permanente profissional(is) de nível superior, devidamente reconhecido(s) pela entidade de classe competente (CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo -

3.4.1.1. Prova de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU da localidade da sede da proponente, dentro do prazo de validade e no qual conste o(s) nome (s) de seu(s) responsável(eis) técnico(s);

3.4.1 - CAPACITAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

3.4. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

3.3.2.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrados na Junta Comercial competente ou no ECD - SPED - Sistema Público de Escrituração Digital.

3.3.1. Certidão negativa de falência ou concordata, dissolução ou liquidação, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.3. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.2.11. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito a registrar o preço, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21, sendo facultado a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da respectiva ata, ou a revogação da licitação;

3.2.10. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

3.2.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, aos licitantes enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

3.2.8. No que concerne às provas de regularidade fiscal, através de certidões, equiparase os mesmos efeitos da certidão negativa às certidões positivas com efeito de negativa.

3.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, em conformidade com o disposto na CLT com as alterações da Lei nº 12.440/11 - DOU de 08/07/2011.

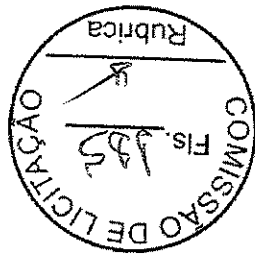
3.2.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) mediante a apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF);

3.2.5. Prova de regularidade para com a fazenda municipal mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Estaduais de seu domicílio ou sede;

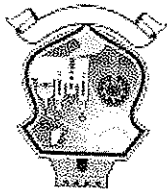
3.2.4. Prova de regularidade para com a fazenda estadual mediante a apresentação Certidão Negativa de Débitos Estaduais de seu domicílio ou sede;

3.2.3. Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (inclusive contribuições sociais), com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

3.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDE
GOVERNO DIFERENTE



3.5.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

3.5.8. A declaração do vencedor acontecerá posterior à fase de habilitação. 3.5.7. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

3.5.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

3.5.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

3.5.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

3.5.3. O envio dos documentos de habilitação, deverá ser realizado via sistema BIL, após o fim da disputa de lances, no prazo de até 02 (duas) horas após a solicitação pelo agente de contratação, sob pena de desclassificação, caso a empresa esteja habilitada será solicitada dentro do prazo de até 02 (duas) horas a proposta ajustada e suas planilhas organizadas, caso a empresa anteriormente a disputa de lances, os mesmos já serão analisados após o fim da disputa, sob pena de desclassificação caso não atenda aos requisitos de habilitação.

OBJETO DA LICITAÇÃO.

3.5.2. DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

3.5.1. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

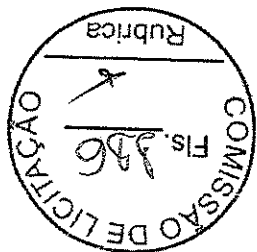
3.5. DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

Nº	ITEM	UNID
01	ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA (TRAÇO 1:6) C/AGREGADOS ADQUIRIDOS	M³
02	ATERRO C/COMPACTAÇÃO MECÂNICA E CONTROLE, MAT. DE AQUISIÇÃO	M³
03	ARMADURA CA- 50A MÉDIA D=6,3 A 10,0 mm	M³
04	CONCRETO P/VIBR, FCK 20 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	M³
05	BALIZADOR EM PVC RÍGIDO D=3" C/ENCHIMENTO DE CONCRETO	UN

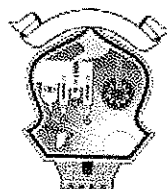
3.4.2.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem será(ão) considerada(s) parcela(s) de maior relevância;

3.4.2.2. Não será(ão) admitido(s) atestado(s) de fiscalização/supervisão de obras/serviços ou fornecido(s) por pessoa(s) física(s), nem tampouco certidão(ões) de acervo técnico sem registro de atestado(s);

3.4.2.1. Não será(ão) realizado obra ou serviços de engenharia de características técnicas similares as do objeto ora licitado, atente(s) à(s) respectiva(s) parcela(s) de maior relevância. profissional(is) realizado obra ou serviços de engenharia de características técnicas similares por pessoa jurídica de direito público ou privado e registrado no conselho de classe competente (CRBA/CAU), acompanhado da respectivo acervo, que comprove(m) ter o(s) CAU, detentor de no mínimo de 01 (um) atestado e/ou certidão de capacidade técnica emitido



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDE
GOVERNO DIFERENTE



4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

4.1. A apresentação da proposta de preços será por meio através do sistema Bolsa de Licitações do Brasil - www.bllcompras.org.br.

4.1.1. A Proposta de Preços, sob pena de desclassificação, deverá ser composta por um conjunto de informações [Proposta Comercial, conforme Anexo II do edital; Orçamento(s) Detalhado(s) e Cronograma Físico-Financeiro], em papel timbrado da proponente, estando, ainda, devidamente assinada por **representante legal e responsável técnico habilitado da licitante**, e sendo enviada exclusivamente por meio da plataforma da BLL, caracterizando o item proposto no campo discriminado, em conformidade com o Projeto Básico - Anexo I do Edital:

a) Serviços/obras a serem executados, iguais ao objeto desta licitação;

b) Preço Global por quanto a licitante se compromete os serviços/obras objeto desta licitação, expresso em reais em algarismo e por extenso;

c) Prazo de validade da Proposta, que será de, no mínimo, 60 (SESSENTA) DIAS;

d) Prazo de execução dos serviços/obras que será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da emissão da primeira ordem de serviço;

4.1.2. A proposta deverá ser elaborada de forma detalhada, contendo de cada item a especificação do Grupo/Subgrupo/Serviço, a quantidade, a unidade, o preço unitário e total, e o global do orçamento por extenso, e ainda com:

4.1.2. Planilha de Composição de Preços Unitários, para cada serviço constante do orçamento apresentado, contendo todos os insumos e coeficientes de produtividade necessários à execução de cada serviço, quais sejam equipamentos, mão-de-obra, totalização de encargos sociais, insumos, transportes, BDI, totalização de impostos e taxas, e quaisquer outros necessários à execução dos serviços.

4.1.2.2. Composição analítica da taxa de B.D.I. (Benefícios e Despesas Indiretas).

4.1.2.3. Composição de Encargos Sociais de sua proposta de preços.

4.1.2.4. Cronograma físico-financeiro de sua proposta.

4.2. No caso de erro na coluna UNIDADE, a Comissão considerará como correta a Unidade expressa no Orçamento do GOVERNO MUNICIPAL DE CANINDE/CE para o item conforme constante do Anexo I.

4.3. Os valores contidos nas propostas serão considerados em moeda corrente nacional (REAL) mesmo que não contenham o símbolo da moeda (R\$).

4.4. Os preços constantes da proposta da licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos.

4.5. Independente de declaração expressa, fica subentendida que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive as relacionadas com:

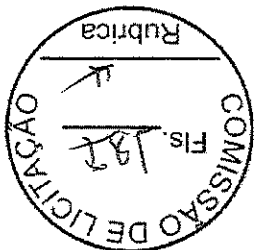
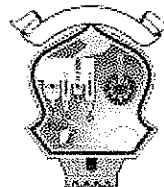
4.5.1. materiais, equipamentos e mão-de-obra;

4.5.2. carga, transporte, descarga e montagem;

4.5.3. encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;

4.5.4. tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou qualquer infrações;

4.5.5. seguros em geral, bem como encargos decorrentes de fenômenos da natureza, da infortunística e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pela execução dos serviços;



4.6. O serviço será contratado por MENOR VALOR GLOBAL - EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

4.7. No caso de empreitada por valor unitário, os valores unitários, total e global da proposta, não poderão ser superiores aos especificados no ANEXO I - Organismo Básico elaborado por engenheiro civil do Município, já no caso de empreitada por valor global, os valores das etapas/parcelas, não poderão ser superiores aos especificados no ANEXO I - cronograma físico-financeiro elaborado por engenheiro civil do Município.

4.8. Será desclassificada a proposta que:

4.8.1. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

4.8.2. Estiver em desacordo com as exigências do presente Edital, em especial ao seu item 4;

4.8.3. Contiver oferta de vantagem não prevista no Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

4.8.4. Apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irracionais ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

4.8.5. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

4.9. O envio da proposta ajustada e suas planilhas orçamentárias deverá ser realizada via sistema BL, caso a empresa esteja habilitada após o fim da disputa de lances, no prazo de até 02 (duas) horas após a solicitação pelo agente de contratação, sob pena de desclassificação.

5. DA FISCALIZAÇÃO

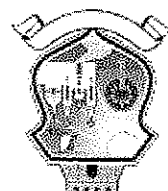
5.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Sr. Dirceu Gomes Garcia, Engenheiro Civil, RNP nº 0601451082, ao qual foi designado para acompanhar e fiscalizar o contrato que venha a ser efetuado, doravante denominado FISCAL DO CONTRATO, por esta Secretaria, de acordo com o estabelecido na Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput.

6. FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

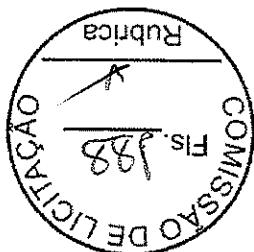
6.1. O prazo para o início da execução dos serviços fica fixado em 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço por parte da Contratada.

6.2. Prazo de execução dos serviços que será de 120 (cento e vinte) dias, de acordo com o cronograma físico financeiro do Projeto de Engenharia, contados da data de recebimento da ordem de serviço e as etapas obedecerão rigorosamente ao cronograma físico definido pelo Governo Municipal de Canindé/CE, que é parte integrante do contrato.

6.3. O Prazo de vigência do contrato será de 240 (duzentos e quarenta) dias, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDE
GOVERNO DIFERENTE



6.4. Os prazos de início de execução, de conclusão e de entrega dos serviços admitem prorrogação, desde que necessariamente justificada por escrito e previamente autorizada pelo contratante, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro.

7. DO RECEBIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS:

7.1. Após a conclusão dos serviços contratados, a CONTRATADA, mediante requerimento ao Contratante, poderá solicitar o recebimento dos mesmos.
7.1.1. Os serviços concluídos poderão ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico
7.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

7.1.2.1. Para o recebimento DEFINITIVO dos serviços, o contratante designará uma comissão com no mínimo 03 (três) técnicos, que visitará os serviços e emitirá TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO CIRCUNSTANCIADO, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

7.1.2.2. Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias. (Art. 140, § 6º, Lei 14.133/21).

7.1.2.3. Após a assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, se houver garantia contratual prestada pela CONTRATADA, a mesma será liberada e se em dinheiro, corrigida monetariamente.

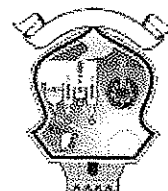
8. DAS OBRIGAÇÕES:

8.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal n.º 14.133/21.

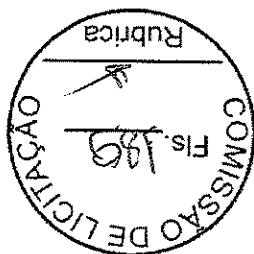
8.2. A CONTRATADA obriga-se a:

a) executar os serviços no prazo máximo fixado no instrumento convocatório e neste instrumento, observando rigorosamente as especificações contidas no Anexo I do Edital e na proposta adjudicada, partes integrantes deste instrumento independente de transcrição, bem ainda as normas técnicas vigentes, nos locais determinados pela Secretaria Contratante, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer outros ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais que lhes sejam imputáveis, inclusive licenças dos órgãos oficiais ou com relação a terceiros, em decorrência da celebração do Contrato, e ainda:

- reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de natureza;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDE
GOVERNO DIFERENTE



[Handwritten signature]

- responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, sua ou de preposto, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado. - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do Art. 125 da Lei Nº. 14.133/21.

b) responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U de 13/02/98;

c) responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;

d) responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;

e) registrar o Contrato decorrente desta licitação no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) correspondente e o CEI - Cadastro Específico do INSS para obra com indicação do número do contrato antes da apresentação da primeira fatura, perante a CONTRATANTE, sob pena de retardar o processo de pagamento.

f) Utilizará, na execução dos serviços, profissionais capacitados e qualificados para tal fim, exceto nas atividades compartilhadas que podem ser desempenhadas por profissionais de outras áreas.

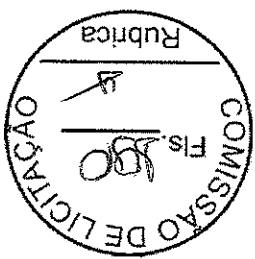
g) Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE, por eventuais atuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA com referência às suas obrigações não se transfere a CONTRATANTE;

h) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

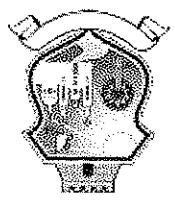
8.3. É de inteira e exclusiva responsabilidade da contratada o recolhimento de encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, tarifas e outros emolumentos que se fizerem necessários à execução do serviço. A Contratante se reserva o amplo direito de exigir da contratada tais documentos devidamente quitados para melhor desempenho e eficácia dos contratos consumados;

a) Fica a contratada na obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

b) A CONTRATADA, deverá manter a Contratante informada sobre o andamento dos serviços, informando-a sempre que se registrarem ocorrências extraordinárias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDE
GOVERNO DIFERENTE



8.4. No caso de constatação da inadequação dos serviços as normas e exigências especificadas no Edital, neste contrato, no Termo de Referência e Organismo Básico e na Proposta da Contratada, o Contratante os recusará, devendo ser de imediato adequados as supracitadas condições.

8.5. A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Indicar o local e horário em que deverão ser realizados os serviços, se for o caso;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste instrumento convocatório, termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor;

9. DAS PENALIDADES

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 9.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 9.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 9.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 9.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 9.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 9.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

- 9.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Concorrência Eletrônica ou a execução do contrato;
- 9.1.9. Fraudar a Concorrência Eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

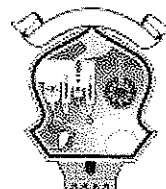
9.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

9.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

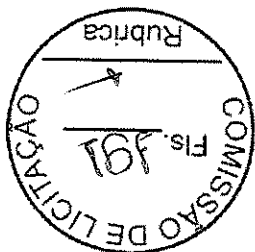
9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) pre(judicado(s) pela

conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1.1 a 9.1.12;- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDE
GOVERNO DIFERENTE



10.1. A contratada deverá apresentar junto com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, as Certidões de quitação das obrigações fiscais Federais, Estaduais e Municipais e CND Trabalhista, todas atualizadas e ainda:

a) prova do recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregador e parte do empregado), relativas aos empregados envolvidos na execução do objeto deste instrumento;

b) prova do recolhimento do FGTS, relativo aos empregados referidos na alínea superior;

c) comprovante de recolhimento do PIS e ISS, quando for o caso, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recolhimento destes encargos.

10. DO PAGAMENTO, DO REAJUSTAMENTO E REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

9.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Edital.

9.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9.9. O processamento do PAAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR.

9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções reparatórias de multa causada à Administração Pública.

9.5. A aplicação integral do dano causado à Administração Pública, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral das sanções previstas neste Edital, não será cobrada judicialmente.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

penalidade mais grave;

subtens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da

ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes

federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos

ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes

ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes

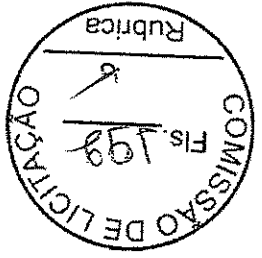
ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes

ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes

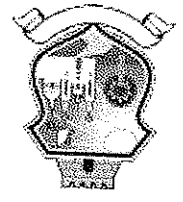
ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes

ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes

ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDE
GOVERNO DIFERENTE



VP = Valor da Parcela em atraso

pagamento

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo

Tx = IPCA (IBGE)

365

I = $(Tx / 100)$

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

EM = $I \times N \times VP$

pagamento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se a seguinte fórmula:

moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o

concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos

10.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha

14.133/21, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

extraordinária e extracontratual, nos termos do artigo 124, Inciso II, alínea "d" da Lei Nº

em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando alínea econômica

consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda,

do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de

fornecimento, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial

encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do

10.5. Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os

totalmente da quinta casa decimal em diante.

OBSERVAÇÃO: O FATOR deve ser truncado na quarta casa decimal, ou seja, desprezar

I = Índice final - refere-se ao mês de aniversário anual da proposta.

Io = Índice inicial - refere-se ao mês da apresentação da proposta;

V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados;

R = Valor do reajuste procurado;

10.4.1. No cálculo dos reajustes se utilizará a seguinte fórmula:

pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

circunstância na qual poderá ser aplicado o índice utilizado para a construção civil previsto

10.4. O Contrato não será reajustado antes de decorrido 01 (um) ano da sua assinatura,

relacionadas com materiais, equipamentos e mão-de-obra.

contratante, estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive as

10.3. Independentemente de declaração expressa, fica subentendido que, no valor pago pelo

pela Secretaria contratante.

10.2. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a certificação da medição

CONTRATANTE, sob pena de retardar o processo de pagamento.

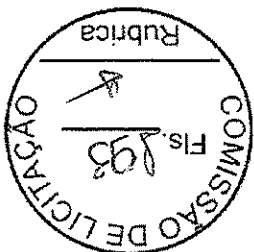
obra com indicação do número do contrato antes da apresentação da primeira fatura, perante a

de Responsabilidade Técnica) correspondente e o CEI - Cadastro Específico do INSS para a

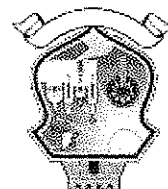
apresentar o comprovante de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro

Agronomia - CRFA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, na forma da Lei, e

d) registrar o Contrato decorrente desta licitação no Conselho Regional de Engenharia e



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDE
GOVERNO DIFERENTE



9

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
LUIZ VICTOR CORDEIRO MARINHO CRUZ

Luiz Victor Cordeiro Marinho Cruz

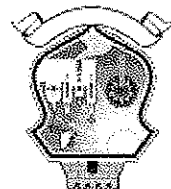
Canindé/CE, 03 de maio de 2024.

12.1. Qualquer alteração contratual só poderá ser feita através de aditivo, e se contemplada pelos arts. 124 e 125 da Lei Nº. 14.133/21, e suas alterações posteriores, após apresentação da devida justificativa pela autoridade administrativa.

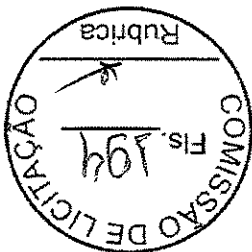
12. DAS ALTERAÇÕES:

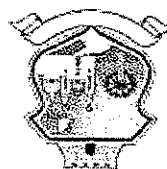
11.1. A despesa ocorrerá à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento próprio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Infraestrutura e Serviços Públicos, na seguinte **Dotação Orçamentária**: 0401 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Infraestrutura e Serviço Público / 26 782 0710 1.017 Construção de passagens molhadas. / 4.4.90.51.00 Obras e instalações / 1500000000 Recursos não vinculados de impostos;

11. DOS RECURSOS FINANCEIROS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDÉ
GOVERNO DIFERENTE





PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDE
GOVERNO DIFERENTE



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação da solução que atenderá a necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO NO MUNICÍPIO DE CANINDE-CE.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (ART.18º, §1º, INCISO I DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

1.1. A futura contratação dos serviços de engenharia do objeto se faz necessária visando contribuir com o desenvolvimento do município de Canindé, pois a atual gestão tem como objetivo investir em ações visando o desenvolvimento sustentável do município, empreendendo esforços para viabilizar melhorias na infraestrutura de serviços essenciais para população. Dessa forma a gestão municipal preocupada em ofertar a população melhores condições de infraestrutura e qualidade de vida, entendendo que a melhoria nas obras públicas serão de suma importância para a população, sendo que construir passagem molhada se trata de um serviço essencial para a comunidade local trazendo segurança para as pessoas que usufruem da rota no referido local.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO II DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

2.1. Conta o presente objeto previsto e alinhado com o Plano Anual de Contratações, conforme abaixo:

OBJETO	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR ESTIMADO PELO OBJETO	VINCULAÇÃO COM OUTRO DD	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO / PLANO DE GOVERNO	JUSTIFICATIVA RESUMIDA
CATSER 545	OBRAS DE CONSTRUÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÕES	R\$ 13.000,00	NÃO	SIM	ATENDER AS DEMANDAS DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO NO MUNICÍPIO.

Id. pca PNCP: 07963259000187-0-000002/2024

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO III DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

3.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

3.2. A Concorrência terá por fundamento legal o regramento disposto no art.2º, inciso VI da Lei n. 14.133/2021;

3.3. Para a presente contratação será elaborado Projeto Básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;

3.4. Requisitos da contratação:

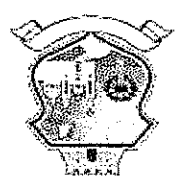
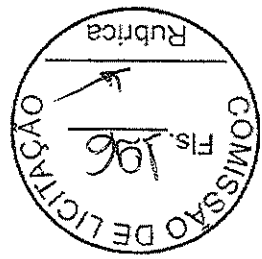
- a) Definição do local de execução dos serviços indicado no Objeto deste documento;
- b) Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- c) Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;
- d) Empresa de engenharia para execução de serviços de construção de uma passagem molhada no BAIRRO CANINDEZINHO no município de Canindé-CE;

- e) Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- f) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-operacional;
- g) Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- h) Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetuar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação;

3.4. Requisitos de sustentabilidade:

3.4.1. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável.

3.4.2. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivadas, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.



[Handwritten signature]

5.2. Da modalidade de licitação "CONCORRÊNCIA":
a) A escolha da modalidade "Concorrência" se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.
b) A Concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art.28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.
c) A nova lei de licitações em seu art.29, determina que a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, ou seja, possuem as fases: preparatória, de divulgação de edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de

5.1. Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta da seguinte forma:

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (ART.18º, §1º, INCISO V DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

4.1. A demanda prevista do programa de necessidades estabelecido, levantamento detalhado dos serviços e as quantidades dos mesmos, elaboração dos projetos técnicos detalhados, somados aos memoriais descritivos e/ou memorial de especificações de serviços, elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (ART.18º, §1º, INCISO IV DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil

f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e providências;

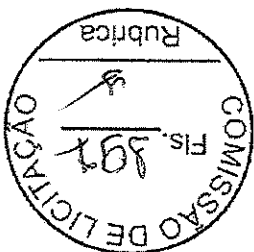
Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional e das outras na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, e) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);

d) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e outras providências;

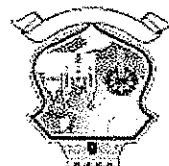
c) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e da execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;

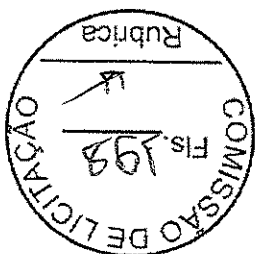
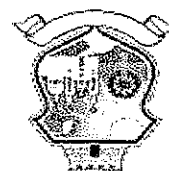
b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

3.5. Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDE
GOVERNO DIFFERENTE





habilitação, recursal e de homologação.

d) Para a escolha da modalidade apropriada, na fase de planejamento, deve-se considerar a aplicação do prego sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, sendo que não se aplicará o prego às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, desde que estes não se qualificuem como comuns.

e) Como se verifica o objeto da presente contratação caracteriza-se como construção de uma passagem molhada no BAIRRO CANINDEZINHO, de modo que a modalidade adequada para o processamento da licitação é por meio da concorrência na sua forma eletrônica, uma vez que o art.17, §2º da Lei n.14.133/2021 dispõe que as licitações serão realizadas, preferencialmente, sob a forma eletrônica.

5.3. Do critério de julgamento "MENOR PREÇO GLOBAL":

5.3.1. Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade de Concorrência Eletrônica para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

a) menor preço;

b) melhor técnica ou conteúdo artístico;

c) técnica e preço;

d) maior retorno econômico;

e) maior desconto;

5.3.1.1. Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço.

5.3.1.2. A escolha do tipo "Menor Preço" se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

5.4. Do Regime "EMPREGADA POR PREÇO UNITÁRIO":

5.4.1. A escolha pelo regime de execução por empreitada por preço unitário é orientada pelo Acórdão 1.977/2013 - TCU e se justifica por se tratar de uma obra de construção de uma passagem molhada no BAIRRO CANINDEZINHO, cuja execução por este regime permite um melhor controle por parte da fiscalização na realização das medições, visto que as quantidades podem ser mensuradas por unidade de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas. Dessa forma, esta escolha se torna necessária para melhor mensuração dos valores em possíveis alterações de projeto, evitando ônus ao erário público.

5.4.2. No que se refere ao critério de seleção de licitante, será adotado o regime de empreitada por preço unitário, conforme previsto no art. 46, inciso I, da Lei 14.133/21 e seguindo a orientação consubstanciada no Acórdão 1.977/2013 no qual a Corte de Contas entendeu:

Segundo a Lei de Licitações e Contratos, a empreitada por preço unitário consiste na contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas. É utilizada sempre que os quantitativos a serem executados não puderem ser definidos com grande precisão[...]

[Handwritten signature]

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO VI DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

6.1. A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços da SEINFRA 028.1 COM DESONERAÇÃO, que é uma das tabelas de referência para a elaboração do orçamento. Tal ação poderia comprometer o pleno andamento da obra, uma vez que várias ações devem ser coordenadas para que se tenha um resultado satisfatório.

5.4.3. Trata-se de contrato de empreitada, no qual a CONTRATADA se obriga a realizar a obra descrita no Projeto Básico e Projeto Executivo e seus anexos, pessoalmente ou por intermédio de terceiros, mediante remuneração. O gerenciamento dos trabalhos cabe ao próprio empreiteiro, sem vínculo de subordinação com a CONTRATANTE. Ressalta-se que para a obra objeto desta contratação o empreiteiro contribuirá com o seu trabalho e os materiais necessários a execução da construção de uma passagem molhada no BAIRRO CANINDEZINHO.

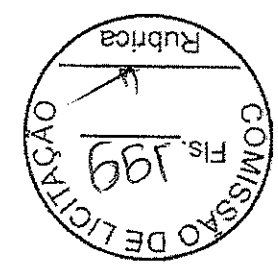
5.4.4. O contrato será executado mediante a realização dos projetos previstos no projeto executivo anexo ao edital, no qual a CONTRATADA deverá dispor de materiais e mão de obra suficiente a perfeita realização do empreendimento, devendo a vencedora observar as regras e obrigações contratuais dispostas no Termo de Referência e demais artefatos da contratação.

5.5. Do fracionamento do lote:

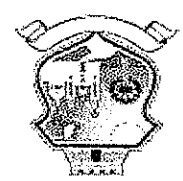
5.5.1. Não haverá fracionamento de lote:

5.6. Da participação de ME e EPP:

5.6.1. A participação de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte não se enquadrará ao objeto deste Projeto, uma vez que o valor a ser licitado supera aquele previsto no inciso I, do art. 48, da Lei 123/2006 alterada pela Lei 147/2014, e por não se tratar da aquisição de serviços divisíveis. Tal ação poderia comprometer o pleno andamento da obra, uma vez que várias ações devem ser coordenadas para que se tenha um resultado satisfatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDE
GOVERNO DIFERENTE



oficiais utilizada no organismo de obras em geral, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (ART.18º, §1º, INCISO VII DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021), conforme informações gerais a serem seguidas quanto ao procedimento:

7.1. A contratação destina-se a execução de obra do tipo convencional, com elementos que deverão ser definidos em projeto básico que deverá prever, inicialmente, os seguintes serviços:
**ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA (TRAÇO 1:6) C/AGREGADOS ADQUIRIDOS;
ATERRO C/COMPACTAÇÃO MECÂNICA E CONTROLE, MAT. DE AQUISIÇÃO;
ARMADURA CA-50A MÉDIA D=6,3 A 10,0 mm;
CONCRETO P/VIBR, FCK 20 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO;
BALIZADOR EM PVC RÍGIDO D=3" C/ENCHIMENTO DE CONCRETO;
DEMAIS ELEMENTOS NECESSÁRIOS**

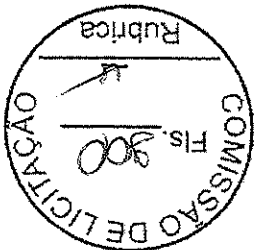
7.2. As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto Básico e Termo de Referência.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO VIII DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).
8.1. O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da obra do objeto licitado permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

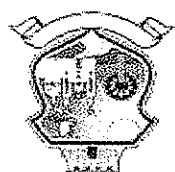
9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMIA E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (ART.18º, §1º, INCISO IX DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)
9.1. A gestão municipal preocupada em ofertar a população melhores condições de infraestrutura e qualidade de vida, entendendo que a melhoria nas obras públicas será de suma importância para a população, sendo que construir uma passagem molhada se trata de um serviço essencial para a comunidade local trazendo segurança para as pessoas que usufruem da rota no referido local.

9.2. A empresa contratada deverá atender todos os requisitos estabelecidos no Edital de Licitação, Termo de Referência e Projeto Básico.
9.3. A contratação deve ter resultados positivos, com a melhor prática de execução dos serviços de obras de pavimentação, de acordo com o Projeto Básico, mantendo-se o padrão de qualidade, ou superior.

9.4. Realizada a produção do projeto básico/executivo, elaborada pelo setor de engenharia da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Infraestrutura e Serviços Públicos, o próximo passo se consubstancia no planejamento da efetuação de certa maneira para contratação de empresa para execução de uma passagem molhada no BAIRRO CANINDEZINHO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDE
GOVERNO DIFERENTE



11.1. Inicialmente, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART.18º, §1º, INCISO XI)

c) Prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pela CONTRATANTE.

b) Comunicar ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no local dos serviços.

a) Aquela que se consagrar vencedora deverá executar o contrato conforme as especificações contidas no Termo de Referência e seus anexos, assim como seguir os termos de sua proposta.

10.3. No processo licitatório deverá a licitante observar as regras estabelecidas pela Lei nº 14.133 de 2021 acerca da participação no procedimento, as diretrizes quanto a execução de obras e serviços de engenharia, bem como obedecer às normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação, além de:

d) Constatadas irregularidades deverão notificar a CONTRATADA por escrito acerca das eventuais ocorrências.

c) Deverá a CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar os serviços, por servidor ou comissão especialmente designada.

b) Quando da realização do contrato exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.

a) Fornecer as informações técnicas, por meio do Projeto Básico e Executivo e seus anexos, acerca da execução do objeto.

10.2. Para o processamento da Concorrência Eletrônica e execução do contrato caberá a CONTRATANTE:

e) Entre outros,

d) Elaboração do Edital de Licitação;

c) Aprovação do Projeto;

b) Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços (inciso XXIII do art. 6 da Lei 14.133/21);

a) Elaboração do Projeto Básico, contendo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;

10.1. Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

10.1.1. Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

10.1.1. Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

10.1.1. Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

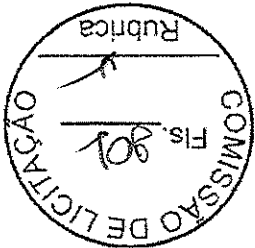
10.1.1. Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

10.1.1. Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

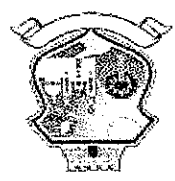
10.1.1. Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

10.1.1. Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

10.1.1. Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDE
GOVERNO DIFERENTE



12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUIDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (ART.18º, §1º, INCISO XII)

12.1. O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.
- f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

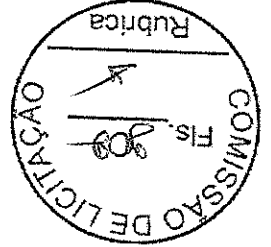
12.2. No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e material, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras CONTRATADAS.

12.3. Na mesma aceção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, calça ou metrilha.

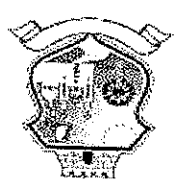
12.4. Sob esse viés normativo, a contratação pretendida nesta Concorrência Eletrônica caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

12.5. Tal entendimento consta do art.6º, inciso XXV da Lei nº 14.133 de 2021 que dispõe que deve o Termo de Referência conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

12.6. Diante disso, na execução da reforma deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDE
GOVERNO DIFERENTE



13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (ART.18º, §1º, INCISO XIII DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)

14.1. Trata-se de ação comum de engenharia, onde todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de construção de uma passagem molhada no Bairro Canindezinho. As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos.

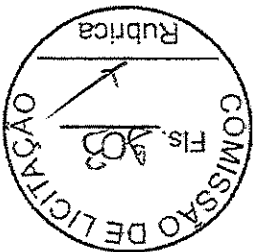
14.2. A SEINFRA não possui em seu quadro de servidores profissionais habilitados, em quantidade suficiente, para a construção de uma passagem molhada no Bairro Canindezinho, de modo que para suprir tal necessidade torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados, tendo em vista a necessidade em ofertar a população melhores condições de infraestrutura e qualidade de vida, entendendo que a melhoria nas obras públicas serão de suma importância para a população.

14.3. Assim, após o planejamento consignado neste estudo técnico, mostra-se viável a obtenção do objeto, sendo ele a contratação de empresa para execução da construção uma passagem molhada no Bairro Canindezinho, segundo as condições e especificações previstas neste ETP por meio da Concorrência eletrônica.

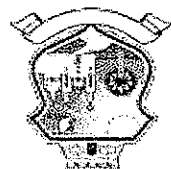
Canindé/CE, 02 de maio de 2024.

Luís Victor Cordeiro Marinho Cruz

LUIS VICTOR CORDEIRO MARINHO CRUZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANINDE
GOVERNO DIFERENTE





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE2024135186Z

INICIAL Nº

1. Responsável Técnico

DIRCEU GOMES GARCIA
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 0601451082
Registro: 12254D CE

2. Dados do Contrato

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ

CPF/CNPJ: 07.963.259/0001-87

Contratado: RUA LARGO FCO XAVIER DE MEDEIROS

Nº: S/N

Complemento:
Cidade: Canindé

Bairro: IM. CONCEIÇÃO
UF: CE
CEP: 62700000

Contrato: Não especificado
Valor: R\$ 1.000,00

Celebrado em:
Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE

3. Dados da Obra/Serviço

RUA LUIZ MAGALHÃES VIEIRA

Nº: S/N

Complemento:
Cidade: Canindé

Bairro: CANINDEZINHO
UF: CE
CEP: 62700000
Coordenadas Geográficas: -4,356493, -39,329471

Data de início: 15/01/2024

Previsão de término: 31/07/2024

Finalidade:

Código: Não Especificado

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ

CPF/CNPJ: 07.963.259/0001-87

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração

Quantidade

Unidade

80 - Projeto > ESTRUTURAS > OBRAS DE ARTE > #2.6.1 - DE PONTES

200,00

h/m

35 - Elaboração de orçamento > ESTRUTURAS > OBRAS DE ARTE > #2.6.1 - DE PONTES

200,00

h/m

67 - Levantamento > GEODÉSIA > GEORREFERENCIAMENTO > #34.6.1.2 - RURAL

200,00

h/m

18 - Fiscalização

Quantidade

Unidade

60 - Fiscalização de obra > ESTRUTURAS > OBRAS DE ARTE > #2.6.1 - DE PONTES

200,00

h/m

5. Observações

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

Construção de Passagem Molhada no Bairro Canindezinho, Zona Urbana, Canindé-Ce

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO CEARÁ (SENCE-CE)

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

DIRCEU GOMES GARCIA - CPF: 456.492.863-53

Local _____ de _____ de _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ - CNPJ: 07.963.259/0001-87

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 99,64 Registrada em: 24/01/2024 Valor pago: R\$ 99,64 Nosso Número: 8216171406

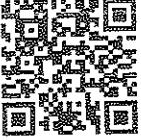
A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ca.sitac.com.br/publico/>, com a chave: A384D
Impresso em: 25/01/2024 às 08:33:58 por: ip: 138.117.226.141

www.crea.ce.org.br
faleconosco@crea-ce.org.br
Tel: (85) 3453-5800
Fax: (85) 3453-5804

CREA-CE
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará



55333333



Sema - Secretaria de Meio Ambiente de Canindé
 CNPJ: 07.963.259/0001-87
 www.sema.caninde.ce.gov.br/processoambiental/1483
 ambiental

Secretário de Meio Ambiente de Canindé
 Alexandre da Costa Justa

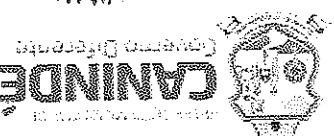
- Submeter à prévia análise da SEMA/Canindé qualquer alteração que se faça necessária no empreendimento;
- A renovação desta licença poderá ser protocolada em até 60 (sessenta) dias de antecedência da expiração do seu prazo de validade, o que lhe confira a prorrogação automática de seu prazo de validade até a manifestação definitiva da SEMA;
- Manter esta licença e demais documentos relativos ao cumprimento das condicionantes ora estabelecidas, disponíveis à fiscalização da SEMA/Canindé;
- O descumprimento das condicionantes da presente licença implicará na aplicação das penalidades previstas na legislação ambiental, sem prejuízo da obrigação de reparar danos ambientais;
- Afixar, em local de fácil visualização, a placa indicativa do licenciamento ambiental, conforme modelo disponibilizado pela SEMA/Canindé;
- Publicar o recebimento desta licença no prazo de até 30 dias corridos subsequentes à data de sua concessão, em cumprimento à lei Federal no 10.650/2003 e Resolução CONAMA no 006/1986;

CONDICIONANTES COM PRAZO

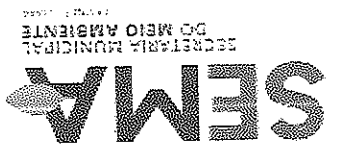
Número processo: 0061/2024		Vigência: 31/01/2024 - 31/01/2027	
Requerente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ - CNPJ/CPF: 07.963.259/0001-87			
CNPJ/CPF: 07.963.259/0001-87			
Contato: (85) 9.6695-6762 GABINETE.CANINDECE@GMAIL.COM			
Endereço do empreendimento: RUA LUIZ MAGALHAES VIEIRA, 0 - CANINDEZINHO - CEP: 62.700-000 - CANINDE-CE			
Coordenadas: Latitude: 04°21'23,62"S - Longitude: 39°19'31,80"O			
Atividade: 26 - INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E DE OBRAS DE ARTE		26.03 - PASSAGEM MOLHADA SEM BARRAMENTO DE RECURSO HÍDRICO	
Especificação: PASSAGEM MOLHADA NA RUA LUIZ MAGALHAES VIEIRA, CANINDEZINHO.		Número do parecer: 012/2024	

LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA (LAU)

LIBERAÇÃO 21/2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ
 SEMA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE CANINDÉ



Todos os funcionários que estiverem na obra, deverão usar obrigatoriamente e corretamente, os equipamentos de proteção individual que lhes serão fornecidos, de acordo com as Normas do Serviço de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho. Para as obras e serviços contratados, caberá a CONTRATADA fornecer e conservar os equipamentos e ferramentas necessárias, empregar mão-de-obra adequada e capacitada, de modo a reunir permanentemente uma equipe homogênea e suficiente para garantir a conclusão das obras dentro do prazo fixado e com a qualidade desejada. Correrá por conta da CONTRATADA a responsabilidade sobre quaisquer acidentes de trabalho, uso de patentes registradas e a destruição ou danificação das peças, pisos e acessórios ou a qualquer equipamento urbano ou pavimento adjacente. A CONTRATADA responde por acidentes ainda que resultem de caso fortuito ou por qualquer outra causa, até o recebimento definitivo pela PREFEITURA, bem como as indenizações que possam vir a serem devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública. Durante toda a obra a CONTRATADA tomará as devidas precauções no que se refere ao isolamento da área evitando o acesso de estranhos ao entorno imediato. As obrigações da CONTRATADA são: a) Executar com esmero e perfeição, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, os objetos do presente instrumento, de forma que sejam entregues e permaneçam em perfeito estado de funcionamento; b) Reconstituir, se for o caso, os locais, não constantes no escopo, danificados em razão das obras; c) Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção por qualquer motivo; d) Responder por quaisquer danos pessoais e materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho; e) Utilizar, na execução dos serviços objeto desta obra pessoal identificado, uniformizado, selecionado, de comprovada competência técnica, bom comportamento, podendo ser exigida a substituição de qualquer empregado, cujo comportamento ou capacidade a

2 - Mão de Obra

A CONTRATADA deve se apropriar de todos os detalhes presentes na execução do serviço e sanar previamente quaisquer dúvidas com a fiscalização do município. Qualquer reinvidicação que considerasse necessária ao perfeito andamento da obra deverá ser comunicada à fiscalização, preferencialmente por escrito. Imediatamente após o início das obras, os trabalhos deverão ser executados de forma contínua e regular. Todos os materiais empregados serão de primeira qualidade, assim como todos os serviços executados estarão em completa obediência à boa técnica, objetivando a obtenção de um acabamento esmerado nos serviços que só serão aceitos nessas condições, devendo ainda satisfazer rigorosamente as normas técnicas brasileiras pertinentes. No caso de matérias diferentes dos especificados, os mesmos deverão ser apresentados previamente à fiscalização que os aprovará ou não.

1 - Introdução

OBRA: CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDÉ-CE.
ENDEREÇO: BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDÉ-CE.

MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO



Dirceu Gomes Garcia
Engenheiro Civil - RNP 067
PREF. MUNICIPAL DE CA

Eng. Civil / P.M.C.
Dirceu Gomes Garcia

Canindé - Ce, 02 de janeiro de 2024.

Qualquer dificuldade constatada pela CONTRATADA deverá ser previamente comunicada à FISCALIZAÇÃO que será a única parte a deliberar pelo bom andamento dos serviços. Na dúvida Após a execução dos serviços, os locais deverão ser varridos, limpos e todos os resíduos deverão ser removidos. Caberá à CONTRATADA a total responsabilidade quanto à limpeza completa dos locais, bem como a recomposição do pavimento, superfície ou revestimento existentes. A aceitação dos serviços deverá ocorrer com anuência de um técnico da PREFEITURA devidamente habilitado junto ao CREA. A obra deverá ser entregue em condições de uso imediato. Haverá particular cuidado em remover quaisquer detritos que forem detectados.

3- Considerações Finais

serviços local da prestação de serviços e a mão-de-obra deverão estar inclusos no custo dos necessárias, em qualquer tempo até o final da garantia; n) O frete dos materiais até o ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização como ao responsável pela fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de permanentemente atualizados; m) Comunicar imediatamente à Administração, bem realizado. l) Manter, durante o prazo de garantia, endereço e telefone para contato necessariamente todos os equipamentos ao mesmo tempo; estes variam com o serviço equipamentos garantem a segurança do operário. O trabalhador não precisa utilizar protetores de ouvido, óculos, máscaras e joelheiras. Além de obrigatórios por lei, estes uso dos equipamentos de proteção individual (EPIs): botas, capacetes, luvas, Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. É obrigatório o podem ser realizadas por trabalhadores qualificados nos termos da NR-18 - respeito às operações em máquinas e equipamentos de carpintaria, que somente operários envolvidos na obra. Deverão ser tomadas medidas de segurança no que diz Equipamento de Proteção Individual, obrigando a utilização dos mesmos pelos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) exigidos por lei e pela NR-6 - providências e tributários incidentes; j) A CONTRATADA deverá providenciar os transporte e alimentação, e por todos e quaisquer encargos trabalhistas, da remuneração aos profissionais encarregados do trabalho, bem como pelo seu mão-de-obra necessária à execução do serviço; i) Responsabilizar-se pelo pagamento e fornecer e responsabilizar-se pelo transporte de todos os materiais, equipamentos e equipamentos necessários ao desempenho dos serviços objeto desta obra; h) expressa anuência da CONTRATANTE; g) Fornecer todo material de consumo, peças e transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e CONTRATANTE julgue impróprio ao desempenho dos serviços contratados; f) Não

SECRETARIA DE DESEN. URBANO
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PREF. MUNICIPAL DE CANINDÉ - CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE
CANINDÉ
Governo Diferente



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - CUS: O DIRETO

OBRA: CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDEÓ
DESCRIÇÃO: ORÇAMENTO DA CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDEÓ
LOCAL: BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDEÓ
CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDEÓ-CE

DATA: 02/01/2024 **BDI:** 26,51%
VERSAO:
HOJA: **MES:** **DATA REF.:**
SEINFRA 026.1 COM DESONERAÇÃO 84,44% 47,68% 10/2023

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNIDADE	QTD	CUSTO DIRETO (R\$)					PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
						MÃO DE OBRA	MATERIAL	EQUIPAMENTOS	OUTROS	BDI		
1	SERVIÇOS PRELIMINARES											
1.1	C1937	PLACAS PADRÃO DE OBRA	SEINFRA	M2	6,00	36,91	146,60	0,00	0,00	48,62	232,03	1.392,18
1.2	C2873	LOCAÇÃO DA OBRA COM AUXÍLIO TOPOGRÁFICO (ÁREA ATÉ 5000 M2)	SEINFRA	M2	393,30	0,21	0,07	0,00	0,00	0,07	0,35	137,66
1.3	C3368	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE OBRA REFLETIVA EM ALUMÍNIO	SEINFRA	M2	1,60	45,38	857,27	0,00	0,00	239,29	1.141,94	1.827,10
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA											
2.1	C0328	ATERRO C/COMPACTAÇÃO MECÂNICA E CONTROLE MAT. DE AQUISIÇÃO	SEINFRA	M3	214,83	20,99	83,48	0,00	0,00	27,69	132,16	28.391,93
2.2	C1256	ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M	SEINFRA	M3	73,85	54,09	0,00	0,00	0,00	14,34	68,43	5.053,56
3	FUNDAÇÃO											
3.1	C3723	ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA (TRAÇO 1:6) C/AGREGADOS ADQUIRIDOS	SEINFRA	M3	82,10	305,40	212,49	0,00	0,00	137,29	655,18	53.790,28
3.2	C0105	AQUISIÇÃO, ASSENT. E REJUNT. DE TUBO DE CONCRETO ARMADO D= 60cm	SEINFRA	M	25,00	31,35	223,71	0,00	0,00	67,62	322,68	8.067,00
4	FAIXA DE ROLAMENTO - SUPERESTRUTURA											
4.1	C0216	ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm	SEINFRA	KG	1.422,00	3,46	8,50	0,00	0,00	3,17	15,13	21.514,86
4.2	C0842	CONCRETO P/IBR, FCK 20 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	SEINFRA	M3	43,31	125,95	398,63	0,00	0,00	138,54	661,12	28.633,11
4.3	C3723	ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA (TRAÇO 1:6) C/AGREGADOS ADQUIRIDOS	SEINFRA	M3	139,35	305,40	212,49	0,00	0,00	137,29	655,18	91.289,33
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES											
5.1	C0364	BALIZADOR EM PVC RÍGIDO D=3" CIENCHIMENTO DE CONCRETO	SEINFRA	UN	100,00	42,36	164,68	0,00	0,00	54,89	261,93	26.193,00
5.2	C3025	PISO MORTO CONCRETO FCK=13,5MPa C/PREPARO E LANÇAMENTO	SEINFRA	M3	1,89	285,03	362,00	0,00	0,00	171,53	818,56	1.547,08
5.3	C2784	ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A.CAT. PROF. ATÉ 1,50m	SEINFRA	M3	1,06	48,92	0,00	0,00	0,00	12,97	61,89	65,60
5.4	C3723	ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA (TRAÇO 1:6) C/AGREGADOS ADQUIRIDOS	SEINFRA	M3	4,25	305,40	212,49	0,00	0,00	137,29	655,18	2.764,52
					VALOR BDI TOTAL:						56.721,47	
					VALOR ORÇAMENTO:						213.975,74	
					VALOR TOTAL:						270.697,21	

02/01/2024
 09h 15min
 10/2023
 2

9

9

1	SERVIÇOS PRELIMINARES	3.356,94	1,24
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA	33.445,49	12,36
3	FUNDAÇÃO	61.857,28	22,85
4	FAIXA DE ROLAMENTO - SUPERESTRUTURA	141.447,30	52,25
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	30.590,20	11,30
VALOR BDI TOTAL:		56.721,47	100,00
VALOR ORÇAMENTO:		213.975,74	
VALOR TOTAL:		270.697,21	

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREÇO TOTAL	%
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	3.356,94	1,24
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA	33.445,49	12,36
3	FUNDAÇÃO	61.857,28	22,85
4	FAIXA DE ROLAMENTO - SUPERESTRUTURA	141.447,30	52,25
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	30.590,20	11,30
VALOR BDI TOTAL:		56.721,47	100,00
VALOR ORÇAMENTO:		213.975,74	
VALOR TOTAL:		270.697,21	

RESUMO DO ORÇAMENTO

DATA : 02/01/2024

BDI : 28,51%

FONTE : SEMFRA

VERSÃO : 028.1 COM DESONERAÇÃO

HORA : 10/2023

MES : 07/2023

OBRA: CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO

DESCRIÇÃO: ORÇAMENTO DA CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE


LOCAL: BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE

CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDE/CE



Prefeitura Municipal de
CANINDE
Governo Diferente

810

 Prefeitura Municipal de Canindé		ORÇAMENTO DA CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDEZINHO	CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDEZINHO		
		LOCAL: BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDEZINHO	CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDEZINHO		
DATA: 02/01/2024	FONTE: SEINFRA 028.1 COM DESONERAÇÃO	VERSÃO: 04.44%	HORA: 47.48%	MES: 10/2023	REF:
MEMÓRIAS DE CÁLCULO					

1.1. C1937 PLACAS PADRÃO DE OBRA (M2)

DIMENSÕES - LARGURA x ALTURA	2x3	6,00000000	6,00
QTD			

1.2. C2873 LOCAÇÃO DA OBRA COM AUXÍLIO TOPOGRÁFICO (ÁREA ATÉ 5000 M2) (M2)

ÁREA TOTAL DA PASSAGEM MOLHADA	$4,50 \cdot (7,20 + 15,20 + 60 + 5)$	393,30000000	393,30
QTD			

1.3. C3368 PLACA DE SINALIZAÇÃO DE OBRA REFLETIVA EM ALUMÍNIO (M2)

LARGURA x ALTURA x QTD	$((1 \cdot 0,80) \cdot 2)$	1,60000000	1,60
QTD			

2.1. C0328 ATERRO C/COMPACTAÇÃO MECÂNICA E CONTROLE, MAT. DE AQUISIÇÃO (M3)

CORPO - L x h x c	$3,3 \cdot 1,0 \cdot 60$	189,75000000	189,75
OMBREIRAS (DIREITA E ESQUERDA)	$3,3 \cdot ((1,0 \cdot 15,20) \cdot 2)$	25,08000000	25,08
QTD			

2.2. C1256 ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M (M3)

FUNDAÇÃO DO CORPO - LADO DIREITO E LADO ESQUERDA (LARGURA x COMPRIMENTO x ALTURA)	$((0,60 \cdot 60 \cdot 0,80) \cdot 2)$	57,60000000	57,60
FUNDAÇÃO DAS OMBREIRAS (ÁREA DO TRAPEZIO)	$((0,80 + 0,20) \cdot 20 \cdot 20) \cdot 2$	12,12000000	12,12
FUNDAÇÃO DAS ALVENARIAS DE PEDRA TRANSVERSAIS - C x H x L	$((3,30 \cdot 0,50 \cdot 0,50) \cdot 5)$	4,12500000	4,12
QTD			

3.1. C3723 ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA (TRAÇO 1:6) C/AGREGADOS ADQUIRIDOS (M3)

FUNDAÇÃO DO CORPO - LADO DIREITO E LADO ESQUERDA (LARGURA x COMPRIMENTO x ALTURA)	$((0,60 \cdot 60 \cdot 0,80) \cdot 2)$	57,60000000	57,60
FUNDAÇÃO DAS OMBREIRAS (ÁREA DO TRAPEZIO)	$((0,80 + 0,20) \cdot 20 \cdot 20) \cdot 2$	12,12000000	12,12
ESTRUTURA DE FUNDAÇÃO TRANSVERSAL DA FAIXA DE ROLAMENTO - C x H x L	$((3,30 \cdot 1,50 \cdot 0,50) \cdot 5)$	12,37500000	12,38
QTD			

3.2. C0105 AQUISIÇÃO, ASSENT. E REJUNT. DE TUBO DE CONCRETO ARMADO D=60cm (M)

QUANTIDADE X LARGURA	5-5	25,00000000	25,00
PASSAGEM MOLHADA			
QTD			

4.1. C0216 ARMADURA CA-50A MÉDIA D=6,3 A 10,0mm (KG)

QUANTIDADE X LARGURA	5-5	25,00000000	25,00
PASSAGEM MOLHADA			
QTD			



818
 028
 10/2023

Dirceu Gomes Garcia
Engenheiro Civil - RNP 0601451082
PREF. MUNICIPAL DE CANINDE-CE

4,25				
4,25	4,250000000	$(12+2,5+2,5)*0,25*1$	DE CONCRETO (MANILHAS) COMPRIMENTO X LARGURA X PROFUNDIDADE	
QTD				

5.4. C3723 ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA (TRAÇO 1:6) C/AGREGADOS ADQUIRIDOS (M3)

1,06				
1,06	1,062500000	$(12+2,5+2,5)*0,25*0,25$	O DE SAÍDA DOS TUBOS DE CONCRETO (MANILHAS) COMPRIMENTO X LARGURA X PROFUNDIDADE	
QTD				

5.3. C2784 ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A.CAT. PROF. ATÉ 1,50m (M3)

1,89				
1,89	1,890000000	$(((((15+12)*2)*2)*0,07))$	PISO DE SAÍDA DOS TUBOS DE CONCRETO (MANILHAS)	
QTD				

5.2. C3025 PISO MORTO CONCRETO FCK=13,5MPa C/PREPARO E LANÇAMENTO (M3)

100,00				
100,00	100,000000000	$((60/1,5)*2)+(((5+5)/2)*2)$	QUANTIDADE BALIZADOR (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO)	
QTD				

5.1. C0354 BALIZADOR EM PVC RÍGIDO D=3" C/ENCHIMENTO DE CONCRETO (UN)

139,35				
60,15	60,150000000	$(2,50*(60+15,20+5))*0,30$	COLCHAO DE PEDRA DA FAIXA DE ROLAMENTO	
79,20	79,200000000	$((1,10*60*0,60)*2)$	ALVENARIA DE PEDRA (TRUJURA - DOIS LADOS DO CORPO DA ESTRUTURA - H X C X L	
QTD				

4.3. C3723 ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA (TRAÇO 1:6) C/AGREGADOS ADQUIRIDOS (M3)

43,31				
43,31	43,308000000	$((4,50*(15,20+5+60)))$	AREA DA PASSAGEM MOLHADA	
QTD				


4.2. C0842 CONCRETO P/IBR, FCK 20 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO (M3)

1.422,00				
1.422,00	1,422,000000000	$((60/0,15)*4,50*0,395)+((4,50/0,15)*60)*0,395$	AREA DA PASSAGEM MOLHADA	
QTD				

916
08/06/2024
10:20:23

MEMÓRIAS DE CÁLCULO		PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDE-CE	
CLIENTE:		BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE	
LOCAL:		BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE	
DESCRIÇÃO:		ORÇAMENTO DA CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE	
OBRA:		CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE	
DATA: 02/01/2024	VERSÃO	SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO
BDI: 26,51%	HORA	MES	REF.
	47,48%	84,44%	10/2023

RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS

 <p>SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS GOVERNO DIFERENTE</p>	OBRA: CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO	CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDEZE
	DESCRIÇÃO: ORÇAMENTO DA CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDEZE	LOCAL: BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDEZE
	DATA: 02/01/2024	VERSÃO: 028.1 COM DESONERAÇÃO
	BDI: 29,51%	HORA: 84,41%

1.1. C1937 PLACAS PADRÃO DE OBRA (M2)

MATERIAL	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
CHAPA DE AÇO GALVANIZADA ESP. 0,3MM	M2	1,02000000	39,03	39,81
ESMALTE SINTÉTICO	L	1,00000000	31,88	31,88
PONTALETE / BARROTE DE 3"x3"	M	4,50000000	16,09	72,40
PREGO 15X15 (1,1/4" x 13) (APROXIMADAMENTE 672UN/KG)	KG	0,15000000	15,99	2,40
TOTAL				148,50

MÃO DE OBRA	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
12543 SERVENTE	H	2,00000000	18,46	36,92
TOTAL				36,92

1.2. C2873 LOCAÇÃO DA OBRA COM AUXÍLIO TOPOGRÁFICO (ÁREA ATÉ 5000 M2) (M2)

EQUIPAMENTO CUSTO HORÁRIO	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10700 CAMINHONETE SAVEIRO (CHP)	H	0,00100000	79,48	0,08
10758 NÍVEL (CHP)	H	0,00200000	1,18	0,00
10775 TEODOLITO (CHP)	H	0,00200000	2,32	0,00
TOTAL				0,08

MÃO DE OBRA	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10037 AJUDANTE	H	0,00400000	19,10	0,08
12382 NIVELADOR	H	0,00200000	26,44	0,05
12445 TOPOGRÁFO	H	0,00200000	31,52	0,06
TOTAL				0,19

1.3. C3368 PLACA DE SINALIZAÇÃO DE OBRA REFLETIVA EM ALUMÍNIO (M2)

EQUIPAMENTO CUSTO HORÁRIO	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10581 CAMINHÃO C/CARROCERIA DE MADEIRA HP 136 (CHI)	H	0,90000000	63,30	56,97
10703 CAMINHÃO C/CARROCERIA DE MADEIRA HP 136 (CHP)	H	0,10000000	172,35	17,23
TOTAL				74,20

MATERIAL	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
12525 PARAFUSO C/PORCA E ARRUELA DE 1/4X1 1/2"	UN	4,00000000	0,60	2,40
12526 PARAFUSO C/PORCA E ARRUELA DE 5/16X3 1/2"	UN	4,00000000	1,04	4,16
12696 PLACA REFLETIVA DE ALUMÍNIO	M2	1,00000000	720,00	720,00
10198 PONTALETE / BARROTE DE 3"x3" - APARELHADO	M	3,00000000	22,11	66,33
12542 TRAVESSA DE MADEIRA C/SECAO DE 3"x1 1/2"	M	1,40000000	10,49	14,69
TOTAL				807,58

MÃO DE OBRA	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10498 CARPINTEIRO	H	0,10000000	24,16	2,42
12543 SERVENTE	H	1,00000000	18,46	18,46
TOTAL				20,88


Material	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10746	H	0,02700000	128,43	3,47
TOTAL Equipamento Custo Horário: 3,47				
3.2. C0105 AQUISIÇÃO, ASSENT. E REJUNT. DE TUBO DE CONCRETO ARMADO D= 60cm (M)				

Material	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
11600	M3	1,15000000	113,25	130,24
TOTAL Material: 130,24				
12543	H	7,00000000	18,46	129,22
12391	H	5,00000000	24,16	120,80
TOTAL Mão de Obra: 250,02				
CO173	M3	0,30000000	458,76	137,63
TOTAL Serviço: 137,63				
VALOR: 517,89				
3.1. C3723 ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA (TRAÇO 1:6) C/AGREGADOS ADQUIRIDOS (M3)				

Material	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
12543	H	2,93000000	18,46	54,09
TOTAL Mão de Obra: 54,09				
VALOR: 54,09				
2.2. C1256 ESCAVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M (M3)				

Material	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10111	M3	1,10000000	70,00	77,00
TOTAL Material: 77,00				
12543	H	1,05000000	18,46	19,38
TOTAL Mão de Obra: 19,38				
VALOR: 104,47				
2.1. C0328 ATERRO C/COMPACTAÇÃO MECÂNICA E CONTROLE, MAT. DE AQUISIÇÃO (M3)				
10706	H	0,03500000	181,94	6,37
10725	H	0,03500000	49,09	1,72
TOTAL Equipamento Custo Horário: 8,09				

VALOR:	902,65
TOTAL Mão de Obra:	20,88

 <p>GOVERNO DO PARANÁ GOVERNO DIRETOR</p>	CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDECE
	LOCAL:	BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDECE
	DESCRIÇÃO:	ORGANISMO DA CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDECE
	OBRA:	CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDECE
RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS		
FONTE: SEINFRA DATA: 02/01/2024 BDI: 25,81%	VERSÃO: 029.1 COM DESONERAÇÃO HORA: 84,44% MES: 77,49% ANO: 10/2023	PUNTO DE ENTREGA

Mão de Obra		UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
PEDRA DE MÃO (RACHÃO)		M3	1,15000000	113,25	130,24
Material					130,24
TOTAL					130,24

Mão de Obra		UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
SERVENTE		H	6,00000000	18,46	110,76
TOTAL					110,76

Material		UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
AREIA MEDIA		M3	0,85270000	83,58	71,27
CIMENTO PORTLAND		KG	336,00000000	0,71	238,56
PEDRISCO		M3	0,83600000	100,50	84,02
TOTAL					393,85


Equipamento Custo Horário		UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
BETONEIRA ELÉTRICA 580L (C/P)		H	0,71400000	25,18	17,98
TOTAL					17,98

Mão de Obra		UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
AJUDANTE DE ARMADOR/FERREIRO		H	0,08000000	19,10	1,53
ARMADOR/FERREIRO		H	0,08000000	24,16	1,93
TOTAL					3,46

Material		UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
AÇO CA-50		KG	1,15000000	7,10	8,16
ARAME RECOZIDO N.18 BWG		KG	0,02000000	16,53	0,33
TOTAL					8,50

Mão de Obra		UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
PEDREIRO		H	0,70000000	24,16	16,91
SERVENTE		H	0,74000000	18,46	13,66
TOTAL					30,57

Material		UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
AREIA MEDIA		M3	0,00490000	83,58	0,41
CIMENTO PORTLAND		KG	1,94000000	0,71	1,38
TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, DN= 600MM (NBR 8890:2018)		M	1,02000000	214,93	219,23
TOTAL					221,02

	OBRA:	CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE
	DESCRIÇÃO:	ORÇAMENTO DA CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE
	LOCAL:	BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE
	CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDE/CE


RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS
 DATA: 02/01/2024
 BDI: 26,61%
 HORA: 47,48%
 MES: 47,48%
 REF: 47,48%
 FONTE: SEINFRA
 VERSÃO: 028.1 COM DESONERAÇÃO
 84,44%
 47,48%
 47,48%

5.3. C2784 ESCAVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A.CAT. PROF. ATÉ 1,50m (M3)		Mão de Obra		UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
12543	SERVENTE	SEINFRA	H	2,65000000	18,46	48,92	48,92
TOTAL		TOTAL Mão de Obra:				48,92	


5.2. C3025 PISO MORTO CONCRETO FCK=13,5MPa C/PREPARO E LANÇAMENTO (M3)		Mão de Obra		UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
12391	PEDREIRO	SEINFRA	H	2,00000000	24,16	48,32	48,32
12543	SERVENTE	SEINFRA	H	6,00000000	18,46	110,76	110,76
TOTAL		TOTAL Mão de Obra:				159,08	
Serviço		UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	TOTAL Serviço:	
C0839	CONCRETO PMBR,, FCK 13.5 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	M3	1,00000000	487,95	487,95	487,95	
TOTAL		TOTAL Mão de Obra:				647,03	

5.1. C0354 BALIZADOR EM PVC RÍGIDO D=3" C/ENCHIMENTO DE CONCRETO (UN)		Equipamento Custo Horário		UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
10704	CAMINHÃO C/CARROCERIA DE MADEIRA HP 92 (CHP)	SEINFRA	H	0,45000000	122,91	55,31	55,31
TOTAL		TOTAL Equipamento Custo Horário:				55,31	
Material		UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	TOTAL Material:	
10157	AÇO CA-25	SEINFRA	KG	2,00000000	8,23	16,46	16,46
12515	FITA REFLETIVA	SEINFRA	M2	0,01920000	348,43	6,69	6,69
12222	TUBO PVC RÍGIDO ROSCÁVEL DE 3"	SEINFRA	M	1,00000000	95,98	95,98	95,98
TOTAL		TOTAL Material:				119,13	
Mão de Obra		UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	TOTAL Mão de Obra:	
12391	PEDREIRO	SEINFRA	H	0,50000000	24,16	12,08	12,08
12543	SERVENTE	SEINFRA	H	1,00000000	18,46	18,46	18,46
TOTAL		TOTAL Mão de Obra:				30,54	
Serviço		UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	TOTAL Serviço:	
C3268	CONCRETO PMBR,, FCK=10MPa COM AGREGADO PRODUZIDO (S/TRANSP.)	M3	0,00500000	412,47	2,06	2,06	2,06
TOTAL		TOTAL Mão de Obra:				207,04	

517,89		VALOR:					
137,63		TOTAL Serviço:					
137,63		COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL			
C0173	ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PEN. TRAÇO 1:6	SEINFRA	M3	0,30000000	458,76	137,63	137,63
TOTAL		TOTAL Mão de Obra:				250,02	
120,80		UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	TOTAL Mão de Obra:	
12391	PEDREIRO	SEINFRA	H	5,00000000	24,16	120,80	120,80
12543	SERVENTE	SEINFRA	H	7,00000000	18,46	129,22	129,22
TOTAL		TOTAL Mão de Obra:				250,02	

 <p>GOVERNO MUNICIPAL DE CANINDE</p> <p>GOVERNO DIFERENTE</p>		<p>ORÇAMENTO DA CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE</p> <p>CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE</p>	<p>CLIENTE: PREFEREÇA MUNICIPAL DE CANINDE/CE</p> <p>LOCAL: BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE</p>	<p>DATA: 02/01/2024</p> <p>VERSÃO: 028.1 COM DESONERFAÇÃO</p> <p>HORA: 08:44%</p> <p>MES: 07/2023</p> <p>REB: 47,45%</p>
<p>RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS</p>		<p>ORBA: BDI: 28,55%</p>	<p>SEINFRA</p>	<p>COMISSÃO DE LICITAÇÃO</p>

RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS

 <p>GOVERNO DIFERENTE CANINDE PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDE-CE</p>	ORRA: CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE	CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDE-CE
	DESCRÇÃO: ORÇAMENTO DA CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE	LOCAL: BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE
	DATA: 02/01/2024	VERSÃO: HORA
	ED1: 26,53%	REF. 1: MES 10/2023

VALOR: 48,92

5.4. C3723 ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA (TRAÇO 1:6) C/AGREGADOS ADQUIRIDOS (M3)				
Material				
1600	PEDRA DE MÃO (PACHÃO)	UNID	SEINFRA	M3
		COEFICIENTE		1,15000000
		PREÇO UNITÁRIO		113,26
TOTAL				130,24
				TOTAL Material: 130,24

Mão de Obra				
12391	PEDREIRO	UNID	SEINFRA	H
		COEFICIENTE		5,00000000
		PREÇO UNITÁRIO		24,16
TOTAL				120,80
				TOTAL Mão de Obra: 250,02

Serviço				
00173	ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PEN, TRAÇO 1:6	UNID	SEINFRA	M3
		COEFICIENTE		0,30000000
		PREÇO UNITÁRIO		458,76
TOTAL				137,63
				TOTAL Serviço: 137,63

Dirceu Gomes Garcia
Engenheiro Civil - RNP 0601451082
PREF. MUNICIPAL DE CANINDE-CE

957
10/2023



ORÇAMENTO - CURVA ABC DE SERVIÇOS

OBRA:	CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDEZE	DATA :	02/01/2024	BDI :	26,51%						
DESCRIÇÃO:	ORÇAMENTO DA CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDEZE	FONTE	SEINFRA	VERBO	028.1 COM DESONERAÇÃO	HORA	84,44%	MES	47,48%	DATA REF.	10/2023
LOCAL:	BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDEZE										
CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDEZE										

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	%	ACRÚM. %	CL
C3723	ALVENARIA DE PEDRA ARGAMASSADA (TRAÇO 1:6) CI/AGREGADOS ADQUIRIDOS	SEINFRA	Serviço	M3	225,70	655,18	147.874,13	54,63	54,63	B
C0842	CONCRETO PV/BR., FCK 20 MPa COM AGREGADO ADQUIRIDO	SEINFRA	Serviço	M3	43,31	661,12	28.633,11	10,58	65,20	B
C0328	ATERRO C/COMPACTAÇÃO MECÂNICA E CONTROLE, MAT. DE AQUISIÇÃO	SEINFRA	Serviço	M3	214,83	132,16	28.391,93	10,49	75,69	B
C0354	BALIZADOR EM PVC RÍGIDO D=3" C/ENCHIMENTO DE CONCRETO	SEINFRA	Serviço	UN	100,00	261,93	26.193,00	9,68	85,37	C
C0216	ARMADURA CA-50A MÉDIA D= 6,3 A 10,0mm	SEINFRA	Serviço	KG	1.422,00	15,13	21.514,86	7,95	93,32	C
C0105	AQUISIÇÃO, ASSENT. E REJUNT. DE TUBO DE CONCRETO ARMADO D= 80cm	SEINFRA	Serviço	M	25,00	322,68	8.067,00	2,98	96,30	C
C1256	ESCOVAÇÃO MANUAL CAMPO ABERTO EM TERRA ATÉ 2M	SEINFRA	Serviço	M3	73,85	68,43	5.053,56	1,87	98,16	C
C3368	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE OBRA RELETIVA EM ALUMÍNIO	SEINFRA	Serviço	M2	1,60	1.141,94	1.827,10	0,67	98,84	C
C3025	PISO MORTO CONCRETO FCK=13,6MPa C/PREPARO E LANÇAMENTO	SEINFRA	Serviço	M3	1,89	818,56	1.547,08	0,57	99,41	C
C1937	PLACAS PADRÃO DE OBRA	SEINFRA	Serviço	M2	6,00	232,03	1.392,18	0,51	99,92	C
C2873	LOCAÇÃO DA OBRA COM AUXÍLIO TOPOGRÁFICO (ÁREA ATÉ 6000 M2)	SEINFRA	Serviço	M2	393,30	0,35	137,66	0,05	99,98	C
C2784	ESCOVAÇÃO MANUAL SOLO DE 1A.CAT. PROF. ATÉ 1,50m	SEINFRA	Serviço	M3	1,06	61,89	65,60	0,02	100,00	C

Subtotal até 100,00% 270.697,21
Outros 0,00
Valor total do Orçamento 270.697,21



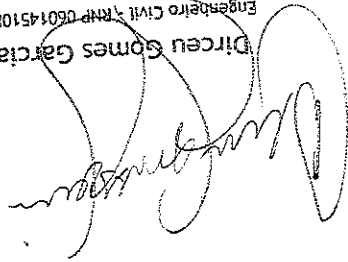
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

OBRA:	CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDEZE		DATA :	02/01/2024	BDI :	26,51%
DESCRIÇÃO:	ORÇAMENTO DA CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDEZE		FONTE	028.1 COM DESONERAÇÃO	HORA	84,44%
LOCAL:	BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDEZE		VERSÃO		MES	47,48%
CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDEZE		SEINFRA		DATA REF.	10/2023

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	MES 1	MES 2	MES 3	MES 4	Total parcela
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	3.356,94	100,00 % 3.356,94				100,00 % 3.356,94
2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA	33.445,49	100,00 % 33.445,49				100,00 % 33.445,49
3	FUNDAÇÃO	61.857,28	20,00 % 12.371,46	80,00 % 49.485,82			100,00 % 61.857,28
4	FAIXA DE ROLAMENTO - SUPERESTRUTURA	141.447,30			60,00 % 84.868,38	40,00 % 56.578,92	100,00 % 141.447,30
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	30.590,20				100,00 % 30.590,20	100,00 % 30.590,20
		270.697,21	49.173,89	98.659,71	183.528,09	87.169,12	270.697,21

Dirceu Gomes Garcia
Engenheiro Civil - RNP 0601451082
PREF. MUNICIPAL DE CANINDEZE

Dirceu Gomes Garcia
Engenheiro Civil - RNP 0601451082
PREF. MUNICIPAL DE CANINDE-CE




$$BDI = 26,51\% \quad (1+AC+S+R+G) \times (1+DF) \times (1+L) - 1 \quad (1-I)$$

1	Impostos	3,00
	COFINS	2,40
	ISS (CONSIDERADO 4% SOBRE 60% DO VALOR DA OBRA)	0,65
	PIS	4,50
	CPRB	10,55
	TOTAL	

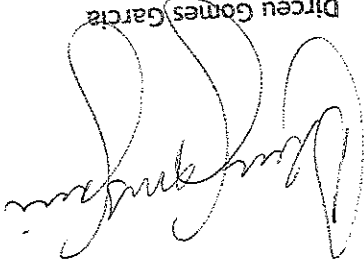
	Despesas Indiretas	3,00
AC	Administração central	0,59
DF	Despesas financeiras	0,97
R	Riscos	4,56
	TOTAL	

	Benefício	0,80
S + G	Garantia/seguros	7,38
L	Lucro	8,18
	TOTAL	
COD	DESCRIÇÃO	%

 GOVERNO DIFERENTE CANINDE PREFEITURA MUNICIPAL DE	OBRA:	CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE
	DESCRIÇÃO:	ORÇAMENTO DA CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE
	LOCAL:	BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE
	CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDE-CE
COMPOSIÇÃO DO BDI		
	DATA : 02/01/2024	BDI : 26,51%
	VERSÃO	HORA
	MES	REVISÃO
	SEINFRA	028,1 COM DESONERAÇÃO
	84,44%	47,46%
	84,44%	47,46%


980

Dirceu Gomes Garcia
Engenheiro Civil - RNP 0601451082
PREF. MUNICIPAL DE CANINDE-CE



A+B+C+D = 84,44
47,48

COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A			
A9	SECONCI		
A8	FGTS	16,80	0,00
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	8,00	8,00
A6	Salário Educação	3,00	3,00
A5	SEBRAE	2,50	2,50
A4	INCRA	0,60	0,60
A3	SENAI	0,20	0,20
A2	SESI	1,00	1,00
A1	INSS	1,50	1,50
		0,00	0,00
TOTAL		16,80	16,80
GRUPO B			
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,85	0,00
B2	Ferados	3,71	0,66
B3	Auxílio - Enfermidade	11,03	8,33
B4	1º Salário	0,07	0,05
B5	Licença Paternidade	0,74	0,56
B6	Faltas Justificadas	1,59	0,00
B7	Dias de Chuvas	0,11	0,08
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	12,35	9,33
B9	Férias Gozadas	0,04	0,03
B10	Salário Maternidade	48,36	19,04
TOTAL		48,36	48,36
GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,52	4,17
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13	0,10
C3	Férias Indenizadas	1,72	1,30
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,87	2,17
C5	Indenização Adicional	0,46	0,35
TOTAL		10,70	8,09
GRUPO D			
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,12	3,20
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,46	0,35
TOTAL		8,58	3,55

TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS		 Prefeitura Municipal de Caninde Governo Diferente	
ORÇ: CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE	DESCRIÇÃO: ORÇAMENTO DA CONSTRUÇÃO PASSAGEM MOLHADA NO BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE	LOCAL: BAIRRO CANINDEZINHO - CANINDE/CE	CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDE-CE
DATA: 02/01/2024 BDI: 26,51% HORA: 47,48% MENS: 3,11% VERSÃO: 028,1 COM DESONERAÇÃO SENFRA:			